



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 075/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00073 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Governo e Relações Institucionais

UNIDADE: Departamento de Trânsito - DETRAN

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamentos acerca do andamento do Concurso Público do Detran - SP, EDITAL Nº 01/2019, realizado pela Fundação Carlos Chagas. Pedido genérico. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 075/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em recurso, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei de Acesso à Informação - LAI, o órgão forneceu a seguinte informação: *"Sobre o concurso do Detran.SP de 2019, o mesmo continua válido até dezembro deste ano. Os editais podem ser consultados no portal do Departamento de Trânsito, pelo link: <https://bit.ly/3In1P6F>".* Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se se tratar de pedido genérico sem delimitação específica, uma vez que o cidadão solicitou *"informações a respeito do andamento do Concurso Público do Detran - SP, EDITAL Nº 01/2019 realizado pela Fundação Carlos Chagas"* e não indicou de forma exata a informação pretendida.
4. Nesse sentido, cabe mencionar que a Controladoria Geral do Estado, por intermédio desta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do usuário do Serviço Público, acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, asseverando que: *"Um pedido de acesso à informação para ser atendido e considerado como válido deve permitir que a Administração identifique a informação que interessa ao cidadão. Pedidos genéricos são aqueles que não descrevem de forma delimitada o objeto do pedido de acesso à informação, em desacordo com o requisito previsto no art. 12, inc. III, do Decreto nº 7.724/2012, o que impossibilita a identificação e a compreensão da solicitação, razão pela qual devem ser complementados com os dados faltantes ou que não foram adequadamente apresentados para que não haja o indeferimento da solicitação (Entendimento OGU Sobre Acesso à Informação Nº 01/2018 – Assunto: Pedido Genérico).*
5. Assim, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052,, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175 de 18 de março de 2015.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 13, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e no artigo 11, § 1º, inciso II, da Lei federal nº 12.52, de 18 de novembro de 2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo referido Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público